

O Sistema de Controle Disfarçado

Luiz Inácio Lula da Silva tem um histórico de gestos generosos com o sistema financeiro. E seu mais recente presente – um novo modelo de crédito consignado – não foge à regra. Vendido como “inclusão financeira”, com juros “acessíveis” de 40,84% ao ano e uma migração estimada de R\$ 85 bilhões em crédito pessoal, segundo a Febraban, o plano parece, à primeira vista, um alívio para o trabalhador. Mas sob o verniz de bondade, esconde-se algo sombrio: uma plataforma de vigilância e controle que transforma o salário em instrumento de submissão e o CPF em um marcador de obediência ao sistema.

O cerne dessa nova modalidade não está nos juros, ainda altos apesar da propaganda, nem na suposta facilidade de acesso. Está no poder que ela entrega aos bancos. Com acesso direto à folha de pagamento, ao saldo do FGTS e a um banco de dados detalhado – nome, tempo de serviço, estabilidade do setor, rotatividade da empresa –, as instituições financeiras ganham uma janela privilegiada para a vida do trabalhador. Esses dados, nas mãos de algoritmos opacos, viram ferramentas de perfilamento. O que hoje é “risco de crédito” pode amanhã ser “risco de comportamento”. Critérios como “posicionamento político”, “religião” ou até “conformidade ambiental” estão a um passo de distância, tecnicamente simples de integrar. Em um mundo onde a tecnologia já rastreia nossos hábitos e pensamentos, o consignado de Lula abre a porta para um controle financeiro que vai muito além do dinheiro.

O mecanismo é engenhoso. Se o trabalhador é demitido, a dívida recai sobre a empresa; ao buscar novo emprego, ele carrega um estigma silencioso, um alerta invisível em seu CPF. O que parece um empréstimo é, na verdade, uma corrente: o indivíduo se torna refém de um sistema que usa sua própria subsistência como garantia. O salário, que deveria ser símbolo de liberdade, vira âncora; a dívida, que deveria ser transitória, passa a defini-lo permanentemente. Não é apenas endividamento – é a construção de um modelo onde o trabalhador é monitorado, classificado e punido por critérios que ele sequer controla.

Relembremos o mensalão, quando o consignado original foi lançado. Naquela época, o governo petista usou o crédito facilitado como moeda de troca política, enquanto os bancos lucravam com risco mínimo. O padrão se repete, mas agora com um upgrade: o controle é mais sofisticado, mais invasivo. O que era um esquema de favorecimento aos banqueiros ganhou contornos de ferramenta de opressão. Lula, com seu conhecido apreço pelo sistema financeiro, entrega não só lucros, mas também as rédeas da vida dos trabalhadores a quem já detém poder demais.

Esse consignado não é um benefício. É um experimento de vigilância travestido de política social. Transforma o cidadão em um número, sua renda em garantia de lucro e sua existência em um perfil a ser julgado. Lula pode chamá-lo de progresso, mas é, na essência, uma forma de dominação – um passo a mais na direção de um futuro onde a dívida não só prende o bolso, mas também a alma. Lula é o algoz do povo e o santo padroeiro da Faria Lima.

